



boletim CDOC #18

EDITORIAL...

Votos de um excelente ano de 2018 repleto de boas realizações culturais, no ano em que se comemora de modo especial o Património Cultural. Consigo continuamos a trabalhar para escrever a nossa história.

ESCOLHEMOS PARA SI...

...NO CENTRO DOCUMENTAÇÃO

GLOSSÁRIO CRÍTICO DOS PRINCIPAES MONUMENTOS DO MUSEU ARCHEOLOGICO INFANTE D. HENRIQUE, MONSENHOR CÓNEGO BOTTO

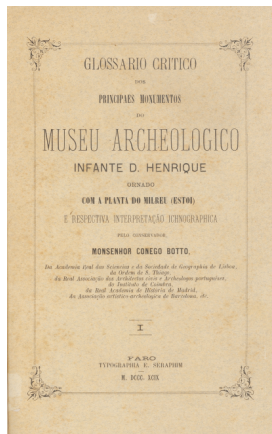
Na atualidade, os Museus têm como uma das suas prioridades a inventariação, manual ou informatizada, das suas colecções, procurando assim não só contabilizar o seu espólio, mas sobretudo conferir-lhe uma identidade. Contudo, a obra *Glossário crítico dos principaes monumentos do Museu archeologico Infante D. Henrique*, da autoria do Cónego Joaquim Maria Pereira Boto (1851-1907), editada em 1889 pela Typographia E. Seraphim, em Faro, demonstra que já nessa época se reconhecia a necessidade de organizar e inventariar um espólio. Monsenhor Cónego Botto, que a par da carreira eclesiástica se dedicava à arqueologia, foi nomeado o primeiro conservador do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, atual Museu Municipal de Faro, inaugurado no dia 4 de março de 1894, tendo sido também convidado a "[...] se encarregar da organização technica do nascente Museu lapidar [...]" (sessão de Câmara de 22 de fevereiro de 1894). Face a este convite, o Cónego Botto criou então um *Plano fundamental de organização do Museu Archeologico Lapidar, Infante D. Henrique*, aprovado em sessão camarária de 15 de março de 1894, no qual define em cinco alíneas como pretende organizar/inventariar o espólio do Museu. Deste *Plano* sobressaem as alíneas 3 e 4, pois definem não só a contextualização do espólio, isto é, a associação entre o material inventariado e o seu lugar de proveniência, bem como, no caso dos materiais doados, a obrigação de registar os doadores e a data em que a doação foi feita.

O próprio Joaquim Botto doou ao Museu 44 peças da sua colecção oriundas na maior parte de escavações arqueológicas nas ruínas romanas de Milreu. A partir deste *Plano*, o Cônego Joaquim Pereira Botto criou então o *Glossário crítico dos principaes monumentos do Museu archeologico Infante D.*

Henrique, que constituiu o primeiro catálogo do Museu, no qual o espólio, então composto por 218 peças, foi meticulosamente inventariado. O trabalho desenvolvido pelo Cônego Botto foi de tal forma minucioso e importante que levou a que a Câmara fosse louvada em 1895 pela Real Associação dos Architectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses.

De resto, o *Glossário* elaborado pelo Cônego Pereira Botto reveste-se de grande importância, pois ainda hoje é uma obra a consultar por aqueles que procurem saber mais sobre a criação do Museu de Faro, bem como sobre o seu espólio original.

A abertura ao público do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique deu-se em 9 de Outubro de 1897, na presença do Rei D. Carlos e da Rainha D. Amélia.



Cdoc n.º 1133
24 x 17 cm

...NA HEMEROTECA

***O LIBERTÁRIO*, UM PERIÓDICO ANARQUISTA NO ALGARVE**

Fundado em 13 de outubro de 1912, *O Libertário*, com redação e administração em Faro, foi um periódico de conotação essencialmente doutrinária, ligado ao anarquismo e à defesa dos interesses do operariado. Durante a sua curta existência, na qual publicou apenas seis números, o jornal foi exclusivamente mantido através de donativos dos militantes e simpatizantes da causa anárquica. Embora no primeiro número o título do jornal fosse complementado com a frase "Semanário de Propaganda Livre", *O Libertário* nunca teve uma periodicidade semanal, chegando mesmo a ser publicado apenas uma vez por ano, assinalando as comemorações do dia do trabalhador a 1 de maio. Posteriormente, este jornal ainda utilizou outros subtítulos, tais como "Órgão da União Anarquista do Algarve", "Publicação eventual de subscrições voluntárias" e "Jornal feito por trabalhadores e para trabalhadores".

Pela direção de *O Libertário* passaram António de Sousa Palma e, com o n.º 4, de 1 de maio de 1914, em sua substituição, Manoel L. Campos. Do vasto

número de colaboradores, destacam-se: Bartholomeu Constantino, Pedro Dias, Filipe Brandão, Manoel d' Azevedo, Eliseu da Costa, Mário de Lemos, Maria Adélia Fernandes, Carlos Nobre, Francisco Larriba, Castro Alves e António Costa.

Das secções regulares que o jornal possui, salientam-se: "Vida Libertária" (notícias de grupos e células anarquistas existentes no País); "Ecos da Prisão" (crónicas de protesto contra os maus tratos de anarquistas presos) e "Secção Literária" (poesia). A partir da leitura destas secções, bem como de um conjunto de artigos a que *O Libertário* deu estampa, é possível conhecer como se processou a implantação do anarquismo no Algarve, assim como identificar e situar geograficamente, nos anos em que o jornal se publicou, a existência de grupos mais ou menos numerosos de anarquistas algarvios, nomeadamente em Faro, Olhão Monchique, Loulé, Messines e Odemira. A título de exemplo, salientam-se os seguintes artigos: "Subscrição voluntária para O Libertário" (n.º 1 ao n.º 6; permite perceber quem eram os militantes e simpatizantes anarquistas no Algarve); "Reunião anarquista" (n.º 2, de 11-11-1912; relata a fundação de agrupamentos da juventude libertária em diversas localidades algarvias); "Aos novéis libertários do Algarve" (n.º 6, de 1-1-1915; artigo doutrinário de exaltação anarquista). Destaque ainda para dois manifestos que o jornal publicou em folha separada sobre a carestia de vida que se fazia sentir em Faro e, também, o protesto contra as perseguições dos militantes anarquistas pelo pároco de Cachopo.

Por diversas vicissitudes, *O Libertário* acabaria por ser extinto com o n.º 6, datado de 1 de maio de 1915.

Na nossa hemeroteca, embora não possuamos o original deste jornal, dispomos de cópias da totalidade dos números publicados.

Deste conjunto, transcrevemos um artigo publicado no último número de *O Libertário* onde é feito o apelo à criação de uma Organização Anarquista do Algarve:

"Camaradas:

Desde há muito, que entre nós anarquistas, se faz sentir imenso, a necessidade irradiável da agregação de todos os elementos, que dizem defender a causa pelo triumpho da Anarquia, que ora ainda se encontram dispersos por toda a província, vivendo na mais completa isolamento.

Se tudo na vida cede à organização e, como provado está a evidência, que sem ela, a vida torna-se, vil, rasteira e abjecta, assim como a falta de qualquer membro do corpo humano, dificulta o bom funcionamento das moléculas para o desenvolvimento da vida; do mesmo modo sucede entre nós quando falta a união de todos.

Para que haja vida, é preciso união e luta; de contrário definha-se e morre-se. Organisemo-nos pois, camaradas, agora mais que nunca, ainda que mais não seja, para fomentar a revolta no seio das massas proletárias. Assim, poderemos crear uma nova força e, com ela, chegarmos a destruir o Estado e o Capital e, como todas as iniquidades sociaes.

Urge, organisarmos em toda a parte, núcleos de propaganda e acção para que se consiga o mais rápido desenvolvimento na difusão dos nossos ideaes de redenção humana."



...NA FOTOTECA

O tratamento do espólio fotográfico do Museu é um trabalho silencioso e invisível que só se consubstancia quando o seu resultado é apresentado ao público. Por sua vez, o contacto do público com os bens museológicos é profícuo e essencial, no sentido em que muitas vezes dá-se um enriquecimento mútuo - o objeto ganha vida quando lhe é associada uma memória e o visitante sai enriquecido depois de o conhecer.

Os encontros no âmbito da iniciativa "Desculpe, como me chamo?", que desde 2014, reúnem mensalmente o público louletano, têm sido largamente profícuos para a reconstrução da identidade louletana: muitos dos rostos retratados no extinto estúdio fotográfico "Guerreiro Padre" viram a sua identidade e estórias de vida devolvidas por esse mesmo público.

No encontro que decorreu no passado mês de dezembro, foi identificado um retrato anónimo como sendo o de José da Costa Mealha. Desta forma, ficámos a conhecer o verdadeiro rosto desta figura incontornável da história dos louletanos. Até então, a única imagem de José da Costa Mealha conhecida e que tem ilustrado as diversas referências associadas à sua pessoa, é uma reprodução em gravura de uma pintura a óleo de autor desconhecido. Esta imagem foi decisiva para confirmar a identidade do retrato.

José da Costa Mealha, próspero comerciante de frutos secos e membro do partido regenerador, foi também um dos últimos presidentes da Câmara do tempo da monarquia. Dedicou a sua vida ao serviço público: contribuiu para a beneficência quer a título pessoal, como edil municipal, quer como provedor da Santa Casa da Misericórdia. O corolário da sua benemerência foi o projeto visionário de dotar Loulé de uma boulevard, à imagem daquelas que viu nas metrópoles que visitou, chegando a contribuir com capital próprio para a concretização desse projeto. Lamentavelmente faleceu em 1918, aos 66 anos de idade, vitimado pela febre pneumónica, sem ter conseguido ver a sua obra terminada - o seu nome ficou perpetuado na toponímia de Loulé, justamente na avenida que adotou o seu nome. Terá sido já em idade avançada que se deslocou ao estúdio de um dos fotógrafos louletanos mais afamados, o *Estúdio Guerreiro Padre*, para ser retratado. O original perdeu-se no tempo, no entanto o negativo, por doação dos herdeiros deste espólio (Guerreiro Padre) e pelo valoroso contributo do público, chegou até nós.

Convidamo-lo a visitar o nosso Museu para conhecer este retrato.



**MUSEU
MUNICIPAL
LOULÉ**
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO



**DIVISÃO DE CULTURA,
MUSEU E PATRIMÓNIO**



WWW.MUSEUDELOULE.PT

MUSEU@CM-LOULE.PT

289 41 45 36

SEG A SEX: 09H30-12H30

14H30-17H00

